

CORREIO NACIONAL



Anvisa alerta sobre reações adversas

Anvisa: importância e cuidados com cremes dentais

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou, na última quinta-feira (27), uma resolução que suspendia todos os lotes do Creme Dental Colgate Total Clean Mint. Segundo a Anvisa, a medida era preventiva e temporária, com o intuito de proteger a saúde da população.

A suspensão teria duração de 90 dias, período no qual a Anvisa conduziria investigações sobre reações adversas notificadas e relacionadas ao produto. No mesmo dia da publi-

cação da resolução, entretanto, a agência suspendeu a interdição do creme dental, após apresentação de recurso pela empresa.

Ainda assim, a Anvisa emitiu um alerta sobre a possibilidade de ocorrência de reações indesejáveis diante do uso de cremes dentais que contenham fluoreto de estanho na formulação. Este é o primeiro alerta de segurança emitido no Brasil sobre reações adversas associadas ao uso de cremes dentais contendo fluoreto estano.

Isenção da prova do Enem

Os candidatos que não compareceram a um ou a dois dias de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2024 precisam justificar as ausências, se quiserem solicitar a gratuidade da taxa de inscrição do Enem 2025. O prazo será de 14 de abril até as 23 horas e 59 minutos de 25 de abril.

O período para os dois procedimentos está no edital publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (31). Os procedimentos devem ser realizados na página do participante do exame.

Temperaturas acima da média

As regiões Centro-Oeste, Sudeste, Sul e uma pequena parte do Nordeste terão um mês de abril com temperaturas acima da média, indica previsão do Inmet. Nessas regiões, as chuvas também serão mais escassas para o período, mantendo a tendência do que ocorreu durante o verão. Segundo o

balanço da estação, apesar da influência do fenômeno La Niña, esse foi o sexto verão mais quente do país desde 1961. As chuvas ultrapassaram a média histórica na faixa norte do país, mas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e em parte da Região Sul, as precipitações foram abaixo da média.

Prescrição de remédios

A Justiça Federal em Brasília decidiu na segunda suspender a resolução do Conselho Federal de Farmácia que autorizou farmacêuticos a prescreverem medicamentos. A decisão foi motivada por uma ação movida pelo Conselho Federal de Medicina. Na decisão, o juiz federal Alaôr Piacini afir-

mou que a resolução do CFF que autorizou a medida invade as atividades privativas dos médicos. "O balcão de farmácia não é local para se firmar um diagnóstico nosológico de uma doença, porque o farmacêutico não tem competência técnica, profissional e legal para tal procedimento", afirmou.

Piso da enfermagem

Na segunda, foi publicada a portaria que estabelece os valores referentes à parcela de março da Assistência Financeira Complementar da União para o cumprimento do Piso Nacional da Enfermagem em estados e municípios. O montante é destinado aos entes federados para

realizarem o pagamento do piso de trabalhadores da categoria. O empenho e o repasse do Fundo Nacional de Saúde deve ocorrer até o último dia útil de cada mês. Desde sua implementação, o Ministério da Saúde já repassou mais de R\$ 20 bilhões para a AFC da União.

Histórias e construções ancestrais

No último dia 27 de março, a Fundação Cultural Palmares foi cenário de um encontro marcante. O evento "O Brasil Quilombola" reuniu lideranças quilombolas, representantes institucionais e pesquisadores para celebrar o lançamento da publicação do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com os dados do primeiro Censo da População Quilombola. A divulgação desses números representa um avanço histórico no reconhecimento dessas comunidades, que há séculos lutam para afirmar sua existência no país.

Mais hospitais públicos com UTIs de excelência

Número cresce 45%; ao todo, são 58; rede privada tem 246

O número de hospitais públicos brasileiros com unidades de terapia intensiva (UTIs) reconhecidas como de excelência pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib) subiu 45% em relação a 2024, chegando a um total de 58. Apesar disso, eles ainda são minoria entre os 304 hospitais certificados, dos quais 246 são da rede privada.

A Amib divulgou nesta segunda-feira (31) o resultado da certificação em 2025, que considerou o desempenho de 800 hospitais monitorados pelo Projeto UTIs Brasileiras durante o ano de 2024.

Entre os hospitais analisados pela pesquisa, havia 352 públicos e 448 privados que, juntos, ofertam mais de 20 mil leitos de UTI no Brasil.

"Embora representem uma proporção menor, os hospitais públicos premiados apresentaram avanços nos últimos anos", destacou a Amib

Em relação à edição anterior da premiação, o total de hospitais certificados, segundo a associação, cresceu 25%. Enquanto no setor público, o aumento foi de 45%, entre os hospitais privados, o número



A Amib divulgou na segunda-feira (31) o resultado da certificação

de certificações subiu 21%.

"O crescimento do número de unidades públicas certificadas reflete o esforço de gestores e equipes do SUS [Sistema Único de Saúde] em qualificar a assistência crítica por meio de práticas baseadas em evidências e indicadores, mesmo diante de limitações orçamentárias e estruturais", destacou a Amib.

A avaliação reconhece os hospitais analisados com as certificações Top Performer e Efi-

ciente. Para receber o primeiro selo, a unidade precisa estar entre as 33% melhores UTIs do país. Já o selo de UTI Eficiente é concedido às unidades que estão acima da média, mas não entre as melhores — entre o 33º e o 50º percentil.

Os dados mostram que, em 2024, 21 hospitais públicos foram certificados como Top Performer, enquanto, em 2025, o número subiu para 25 — um aumento de 19%.

No caso do selo Eficiente, o aumento foi mais expressivo, passando de 19 para 33 hospitais certificados — um salto de 74%. No setor privado, os números passaram de 136 para 164 (Top Performer) e de 68 para 82 (Eficiente).

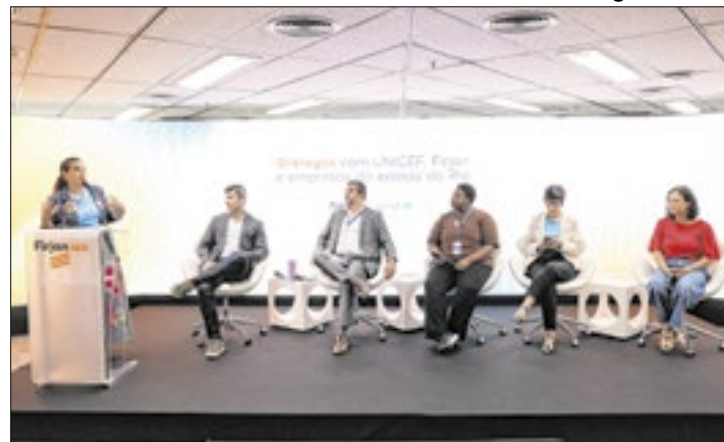
Criada em 2016, a certificação visa a reconhecer anualmente a qualidade e a excelência do atendimento prestado por esse tipo de unidade de saúde.

Combate à violência contra menores

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) assinaram nesta segunda-feira (31) um memorando de entendimento para combater a violência contra crianças e adolescentes no estado. Além de promover ações de prevenção e respostas a situações de violência, a intenção é que as empresas possam abrir mais oportunidades, oferecendo, por exemplo, estágios aos jovens e empregos dignos às mães, pais e responsáveis.

Segundo as entidades, a garantia dos direitos das crianças e adolescentes passa pelo mundo do trabalho, seja porque os familiares e cuidadores estão trabalhando nesses locais, seja porque os próprios jovens passam pelas empresas. A garantia de direitos passa também por formação e educação.

Os empregadores devem saber como lidar quando identificam que os funcionários passam por situações de violência, seja acionando os órgãos com-



Ideia é oferecer estágios a jovens e empregos aos pais

petentes, seja oferecendo apoio em situações específicas quando, por exemplo, funcionários não tiverem com quem deixar os filhos porque tiroteios fecharam a escola. Além disso, o setor privado pode atuar para prevenir essas violências e garantir direitos, oferecendo formações e oportunidades.

"A gente quer trabalhar com a Firjan para capacitar todas as empresas filiadas à Federação em como tratar os casos de violência", diz a representante Adjunta do Unicef no

Brasil, Layla Saad.

"A Firjan tem uma capilaridade dentro do estado muito grande e tem um alcance que a gente, como Unicef, nunca conseguiria realmente chegar em um público tão grande", complementa.

O memorando de entendimento foi assinado no evento Para cada criança e adolescente, uma vida protegida por inteiro: Diálogos com Unicef, Firjan e empresas do Rio de Janeiro, que reuniu, na sede da Firjan, no Centro do Rio de Janeiro,

lideranças dos setores privado e filantrópico para discutir ações e investimentos em projetos de responsabilidade social.

Entre os objetivos comuns firmados entre as entidades estão:

Mobilizar empresas, organizações, escolas e territórios de atuação para disseminação e articulação de ações de prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro;

Promover ações de treinamento sobre prevenção, reconhecimento de sintomas de violência e o encaminhamento de casos de crianças e adolescentes vítimas;

Colaborar nas ações de empregabilidade de jovens em situação de vulnerabilidade, especialmente de meninos e meninas negras.

De acordo com Saad, com a aproximação das entidades, a expectativa é que mais empresas passem a fazer parte da iniciativa Um Milhão de Oportunidades (1MiO).

STF

STF publica mensagem sobre golpe de 1964

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou na segunda em seus perfis oficiais nas redes sociais uma mensagem alusiva ao golpe militar de 1964, que deve ser lembrado "para que nunca se repita", diz o texto.

O golpe civil-militar de 1964, que completa 61 anos nesta segunda, marcou o início de uma ditadura comandada por generais no Brasil que durou 21 anos, período no qual eleições diretas foram suspensas e a liberdade de expressão e oposição política restringidas. "Há 61 anos, direitos fundamentais foram comprometidos no Brasil: era o início da ditadura militar, que perdurou por 21 anos".

STJ

Busca pessoal e a validade das provas encontradas

O mundo jurídico descreve como revista ou busca pessoal aquilo que o povo conhece como "baculejo", "enquadro" ou "dar uma geral": trata-se da averiguação do corpo do suspeito, pela polícia, em busca de provas ou indícios de crimes.

A busca pessoal está regulada no Código de Processo Penal (CPP). De acordo com o artigo 244 do CPP, esse tipo de procedimento não depende de mandado judicial em três situações: no caso de prisão; quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou objetos que constituam indícios de delito; ou quando for determinada no âmbito de busca domiciliar.

TSE

Regularização do título de eleitor até o dia 19 de maio

Até esta sexta-feira (28), 41.001 pessoas procuraram a Justiça Eleitoral (JE) e regularizaram a situação do título de eleitor. Elas garantem, assim, o direito de votar e de tomar posse em concurso público, entre outros diversos direitos de cidadania. Mas ainda faltam 5,2 milhões de eleitoras e eleitores faltosos que devem ficar em dia com a JE até 19 de maio. Fique atento ao prazo: falta pouco mais de um mês.

Eleitor faltoso é aquele que não votou, não justificou e não pagou a multa referente à ausência nas três últimas eleições consecutivas, sendo cada turno contado como um pleito, incluindo os suplementares.

TCU

Sistema de Contas Econômicas Ambientais

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisa, na sessão plenária desta quarta-feira (2/4), auditoria que avaliou o Sistema de Contas Econômicas Ambientais (SCAE) e as ações do governo federal para sua efetiva implementação no Brasil.

O SCAE é um padrão internacionalmente aceito para contabilidade econômico-ambiental.

Sob a relatoria do ministro Augusto Nardes, a fiscalização identificou carência de padronização e integração nos dados estatísticos oficiais relacionados ao meio ambiente, além de falta de estrutura organizacional necessária para que o sistema possa ser colocado em prática.